



Duas gerações da Organização do Estado trocam idéias: Nonô e Richa

## Organização do Estado vota tudo durante a madrugada

BRASÍLIA — O Distrito Federal terá um Governador Distrital e legislará através de uma Câmara composta por 24 deputados — o triplo de sua representação federal. As eleições e os mandatos do Governador, Vice e deputados distritais serão coincidentes com os do Presidente da República. Essas decisões foram tomadas pela Comissão da Organização do Estado, em longa votação que começou na tarde de sexta-feira e só terminou na madrugada de ontem.

Pelo substitutivo do Relator José Richa (PMDB-PR), que será agora enviado à Comissão de Sistematização, uma lei orgânica aprovada por dois terços da Câmara Legislativa disporá sobre a organização dos Poderes Legislativo e Executivo do DF, ficando, porém, vedada sua divisão em municípios. O DF instituirá e arrecadará os tributos de competência dos Estados e municípios.

A Comissão derrotou o substitutivo de Richa, porém, ao aprovar a criação dos Estados de Tocantins (em Goiás), Santa Cruz (na Bahia), Triângulo (Minas Gerais), Maranhão do Sul e Tapajós (no Pará), por 45 votos contra 12. O Senador criava um grupo de trabalho para examinar propostas de redivisão territorial e admitia somente o desmembramento de Goiás para a formação do Tocantins, Roraima e do Amapá, também contra a proposta do Relator, seriam

transformados em Estados.

A Comissão manteve o dispositivo que considera como bens da União as terras ocupadas pelos índios, "que delas terão posse permanente e usufruto exclusivo das riquezas naturais do solo e de todas as utilidades neles existentes".

Na votação, ficou ainda assegurada aos Estados e municípios litorâneos a participação no resultado da exploração econômica da plataforma continental e do mar territorial e patrimonial. Do mesmo modo, Estados, municípios e Distrito Federal terão garantida a participação no resultado da exploração econômica e do aproveitamento dos recursos naturais, assim como dos recursos minerais de seu subsolo.

O número de deputados estaduais corresponderá ao triplo da representação federal do Estado e, atingindo o número de 36, será acrescido de tantos quantos forem os deputados federais acima de 12. Os mandatos dos deputados estaduais serão de quatro anos e sua remuneração será limitada a dois terços do que recebem, a qualquer título, os federais. O número de vereadores será variável, conforme dispuser a Constituição local, não podendo ser superior a 21 nos municípios com até um milhão de habitantes e de 33 nos demais casos. Sua remuneração será fixada pela Constituição de cada Estado.

## Maciel e Ulysses vão discutir uma frente contra radicalismo

BRASÍLIA — Um acordo suprapartidário, que viabilize uma Constituição capaz de refletir o pensamento médio da sociedade e possa evitar nas próximas etapas de atuação da Constituinte a repetição do radicalismo, será o tema das conversas entre os Presidentes do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, e do PFL, Sena-

dor Marco Maciel, esta semana.

Maciel foi incumbido pelo Presidente José Sarney, sexta-feira, de procurar os demais partidos. A preocupação do Governo é que o radicalismo, tanto de "esquerda" como de "direita", possa produzir uma Constituição desafinada com os anseios da sociedade. Isto, na visão do Palácio do Planalto, colocaria o povo

# Ordem Econômica mantém só o monopólio do petróleo

BRASÍLIA — Conceito amplo da empresa nacional, que não impõe restrições ao capital estrangeiro; extinção da reserva de mercado; redução ao mínimo da intervenção do Estado na economia; abertura da pesquisa e lavra de minerais à iniciativa privada e ao capital estrangeiro, como exceção das faixas de fronteira e áreas indígenas; monopólio do petróleo nos termos atuais, e garantia irrestrita da propriedade rural. São estes os principais pontos aprovados ontem pela Comissão da Ordem Econômica, contidos nos três substitutivos apresentados pelos "moderados" e que acabou modificando integralmente o relatório do Senador Severo Gomes (PMDB-SP).

Nas propostas aprovadas, não foi incluído o artigo que protege os interesses das empresas jornalísticas, de qualquer espécie, inclusive de televisão e radiodifusão. Esta proposta havia sido incluída por Severo Gomes em seu relatório e os "moderados" não a aproveitaram sob a alegação

de que é impertinente ao capítulo de Princípios Gerais da Ordem Econômica.

— Esta proposta deverá ser abordada pela Comissão de Comunicação. — disse o constituinte Afif Domingues (PL-SP), principal articulador do grupo "moderado".

Na definição de empresa nacional, o substitutivo apresentado pelo Deputado Irapuã Costa Júnior (PMDB-GO) afirma que "será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle de capital esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País ou por entidade de direito interno."

Pelo relatório aprovado, a intervenção do Estado na economia só ocorrerá quando necessária para atender aos imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo. As jazidas e demais recur-

## Prisco consegue aprovar 5 anos para Presidente

BRASÍLIA — Na primeira votação sobre o assunto, no âmbito da Constituinte, a Comissão da Organização Eleitoral e Garantia das Instituições decidiu ontem manter a proposta do Relator Prisco Viana (PMDB-BA) em favor do mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney. O quinquênio vale também para os sucessores de Sarney.

O resultado final da votação favoreceu os defensores do mandato de quatro anos para Sarney (27 a 20), mas o mecanismo regimental, que exige maioria absoluta para derrotar a proposta do Relator (32 votos no caso), fez prevalecer a proposta de Prisco. Os "progressistas" do PMDB e dos pequenos partidos viram, mesmo assim, uma vitória no resultado da votação.

Prisco Viana trouxe para a Comissão o debate do mandato presidencial atual, a partir de um equívoco da Mesa da Constituinte, que na fase de distribuição das propostas às comissões encaminhou dez emendas sobre o tema à Subcomissão do Sistema Eleitoral, quando o certo seria encaminhá-las à Subcomissão do Poder Executivo, vinculada à Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

O Relator fez questão de incluir no substitutivo a definição sobre o mandato de Sarney e, separadamente, o dos seus sucessores. Houve tentativa, no segundo caso, de emendar para quatro anos o que estabelecia o substitutivo de Prisco, mas a ala "progressista" do PMDB, aliada ao PC do B e PT, preferiu retirar a emenda, sustentando que não havia sentido em buscar o confronto.

— Já vencemos quando ficou evidente que a maioria da Comissão quer os quatro anos para o Presidente Sarney. Não precisava confrontar outra vez — disse o Deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), justificando a retirada de sua proposta.

A Comissão aprovou ainda as propostas de Prisco Viana por um prazo mínimo de filiação e domicílio eleitoral de seis meses, rejeitando emenda do Líder do PDT, Brandão Monteiro, por nove meses, e do Deputado Israel Pinheiro, por três anos. Até o início da noite, ainda não havia entrado em votação o sistema distrital misto proposto por Prisco em seu substitutivo.

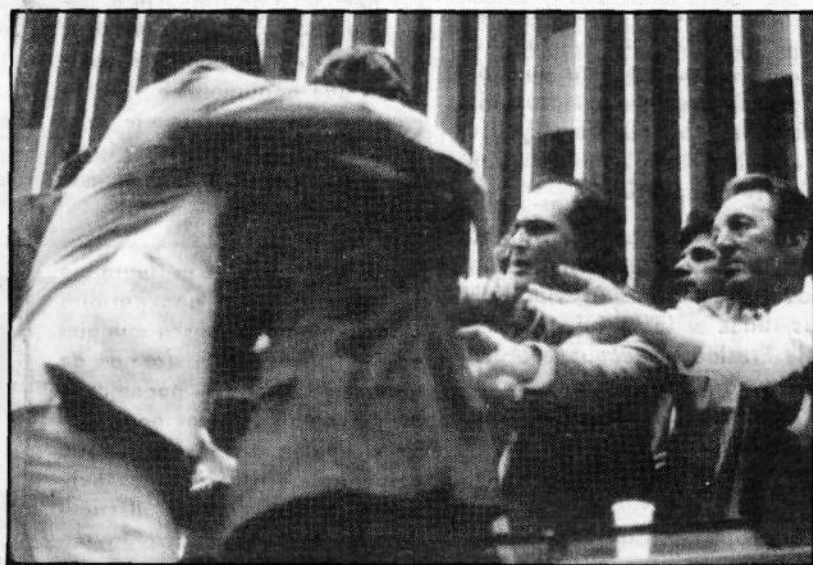
Foi rejeitada também a proposta de voto facultativo, do Deputado Paulo Delgado (PT), e mantida a de alistamento e voto obrigatórios. Prisco fez vencer ainda a proposta de 18 anos como idade-limite para o voto e a elegibilidade. O argumento para derrubar a emenda que estabelecia a idade-limite em 16 anos foi o de que haveria uma discriminação: o menor poderia votar mas não seria votado.

## 'Moderados' programam e conseguem obter vitória

BRASÍLIA — Em sessão rápida, sem a presença dos "progressistas", o grupo "moderado" derrotou integralmente o relatório do Senador Severo Gomes (PMDB-SP) para o capítulo da Ordem Econômica. Com maioria nunca inferior a 36 votos, o grupo aprovou três substitutivos relativos a Princípios Gerais, Questão Urbana e Reforma Agrária. Severo Gomes vai garantir sua vaga na Comissão de Sistematização, escrevendo o relatório aprovado pelos "moderados", cujo texto final será conhecido amanhã, às 17h30m.

Além de derrotar o relatório de Severo, os "moderados" tentaram substituí-lo com uma questão de ordem levantada pelo Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). Segundo Cardoso Alves, o Relator não poderia assinar as propostas da maioria por ter votado contra os três substitutivos. Mas o Presidente da Comissão, Deputado José Lins (PFL-CE), informou ao plenário que, de acordo com a decisão do Presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães, o Relator vencido poderia, ainda que votando contra a maioria, assinar o relatório.

O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, criticou José Lins, a quem acusou de ter "violento o Regimento Interno da Constituinte para permitir a manobra do rolo compressor" articulado pelos "moderados". Os "progressistas" retiraram-se do plenário antes de José Lins colocar em votação os três substitutivos apresentados pelos



Na votação do destaque da Ordem Econômica, os ânimos se exaltaram

"moderados".

Desde o início da sessão, os "progressistas" admitiam a derrota. Eles chegaram a reunir-se no gabinete de Covas às 12h50m, para discutir um acordo com os "moderados". Pretendiam que a presidência colocasse o substitutivo de Severo em votação. Mesmo que o substitutivo fosse derrotado, comprometiam-se a não obstruir depois a votação dos substitutivos e emendas. O acordo, porém, não foi obtido.

Quando José Lins reiniciou a sessão, o Deputado Roberto Jefferson

(PTB-RJ) pediu destaque para o parágrafo 5 do artigo 2º do substitutivo apresentado pelo Deputado Jorge Viana (PMDB-BA), que trata da questão agrária. Sob a alegação de que a Mesa não poderia colocar em votação destaque de um substitutivo antiregimental, os "progressistas" decidiram deixar o plenário.

Durante a votação para o destaque (que venceu por 38 votos dos "moderados" contra 18 dos "progressistas" e 9 abstenções), os ânimos acirraram-se e houve princípio de tumulto.

novamente nas ruas para reivindicar mudanças, a exemplo do que ocorreu na campanha das "Diretas-Já", em 1984. Numa primeira etapa, as negociações vão se desenvolver entre as cúpulas dos dois partidos da Aliança Democrática, o PMDB e o PFL. Posteriormente serão estendidas aos pequenos partidos.